

De uma imposição à uma revolta popular: demonstração de organização, luta e identidade de um povo descontente com seu governo.

Autora: Paula de Oliveira Rodrigues*

Orientador: Antônio Edmilson M. Rodrigues

Resumo:

No começo do século XX, o Brasil vivia um momento perturbado politicamente, e com uma população revoltada contra a dominação pela Velha República. O Rio de Janeiro era a maior cidade do país. A falta de saneamento básico e as péssimas condições de higiene faziam da cidade um foco de epidemias. A população pobre é a principal vítima da ineficiência da saúde pública. Para solucionar o problema, o governo impôs inúmeras normas autoritárias. Encontrava-se entre elas a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola. Isso causou uma repulsa pela maneira autoritária como foi feita. E logo os agitadores da oposição começaram a usar isso como pretexto de manifestações contra o governo. Começando, assim, a revolta contra a vacina.

Palavra-chave: Manifestação, revolta, vacina.

Abstract:

In the beginning of the century XX, Brazil was surviving a moment disturbed politically, and with a population revolted against the domination by the Old Republic. The Rio de Janeiro was the biggest city of the country. The lack of basic sanitation and the worst conditions of hygiene were doing from the city a focus of epidemics. The poor population is the principal victim of the inefficiency of the public health. To solve the problem, the government imposed countless authoritarian standards. The obligatoriness of the vaccination was between them against the smallpox. That caused a rejection for the authoritarian way as it was done. And soon the agitators of the opposition began to use that like pretext of demonstrations against the government. Beginning the revolt against the vaccine.

Keywords: Manifestation, revolt, vaccine.

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, capital federal, ano de 1904. Uma cidade com ruelas estreitas e sujas. A falta de urbanização, saneamento básico e as péssimas condições de higiene e o crescimento desordenado da população fazem da cidade um foco de epidemias, dando ao Rio o apelido de "túmulo de estrangeiros".

“O Rio apresentava foco permanente de difteria, (...), mas suas ameaças mais aflitivas eram a varíola e a febre amarela, que todo verão se espalhava pela cidade como uma maldição. Por isso (...), indesejável reputação de túmulo do estrangeiro.” (SEVCENKO:1998,22)

Quando Rodrigues Alves assumiu a presidência da República em 1902, instituiu como meta governamental o saneamento e reurbanização da capital da República, nos moldes das cidades européias. Isso exigia atacar o maior mal da capital: doenças como peste bubônica, febre amarela e varíola. Afinal, um país que buscava o progresso e o engrandecimento exterior não podia ter uma capital insalubre.

Segundo a oligarquia paulista do café, de quem Rodrigues Alves era representante, além de vergonha nacional, as condições sanitárias do Rio impediam a chegada de investimentos, maquinaria e mão-de-obra estrangeira. O projeto sanitário deveria ser executado a qualquer preço.

O presidente modernizador não demorou a tomar providências; iniciou uma verdadeira cruzada contra a insalubridade do Rio de Janeiro. Para assumir a frente das reformas nomeou Francisco Pereira Passos para o governo municipal. Este por sua vez chamou os engenheiros Francisco Bicalho para a reforma do porto e Paulo de Frontin para as reformas no Centro. Rodrigues Alves nomeou o médico Oswaldo Cruz para o saneamento, como chefe da Diretoria de Saúde Pública.

Inspirado no Barão Haussmann¹, Pereira Passos começou a planejar parques e praças, a abrir avenidas e ruas largas e modernas, iluminadas por lâmpadas elétricas, uma novidade vinda da Europa.

O Rio de Janeiro passou a sofrer profundas mudanças, a cidade se tornou um enorme canteiro de obras. O que estava no caminho era derrubado, exemplo disso eram os casarões e

¹ Prefeito de Paris de 1852 a 1871, que remodelou a cidade durante o governo do Imperador Napoleão III.

cortiços. Estes por sua vez eram vistos como espaços propícios a doenças e maus hábitos, como furtos, vadiagem e prostituição. A população apelidou o movimento de “bota-abaixo”.

A ação do prefeito agradou às classes mais ricas e o sonho dos republicanos. A primeira porque queriam que o Rio fosse como uma capital européia e o outro de esquecer tudo o que lembrava a época do Império, período associado ao atraso e ao antigo.

Ao mesmo tempo do “bota-abaixo”, iniciava-se o programa de saneamento de Oswaldo Cruz, que transformou o Rio em um gigantesco laboratório de combate às doenças, implantando métodos revolucionários.

Para combater a peste bubônica, transmitida pela pulga do rato, ele criou brigadas sanitárias que cruzavam a cidade espalhando raticidas, mandando remover o lixo e comprando ratos. Um novo cargo público foi criado: o dos *compradores de ratos*, que saem pelas ruas pagando trezentos réis por cada rato capturado.

Para atacar a Febre Amarela, Oswaldo Cruz segue uma teoria de médicos cubanos, que aponta um tipo de mosquito como o seu transmissor. O cientista organizou uma campanha sanitária contra o mosquito transmissor da doença, com brigadas de "mata-mosquitos" tratando as águas paradas em terrenos baldios e entrando à força nas casas, desinfetando caixas d'água, esgotos e sarjetas. Mesmo contra a vontade, os doentes eram removidos para hospitais ou isolados.

Diferente da campanha contra a peste bubônica, os métodos de combate à febre amarela, não foi bem sucedida, devido o seu autoritarismo, sendo assim, batizada pela imprensa de “Código de Torturas”. Desacreditava que o mosquito fosse a causa da doença e as medidas desagradaram também alguns positivistas, que reclamavam da quebra dos direitos individuais, e grande parte da população se agitou.

Em 1904, a cidade foi arrasada por uma epidemia de varíola. Oswaldo Cruz prepara um texto, e manda para Congresso uma lei que reiterava a obrigatoriedade da vacinação, já instituída em 1837, mas que nunca tinha sido cumprida. No dia 31 de outubro do mesmo ano, era aprovada pelo Congresso a lei que tornava a vacinação obrigatória contra a varíola para todas as pessoas de mais de 6 meses de idade.

Setores de oposição ao governo gritaram contra as medidas autoritárias. Cinco dias depois da criação da lei, a oposição criava a Liga contra a Vacina Obrigatória. Quase toda a imprensa ficou contra Oswaldo Cruz, ridicularizando seus atos com charges e artigos. A par da resistência

da opinião pública, Oswaldo Cruz montou uma campanha em moldes militares. Dividiu a cidade em distritos, criou uma polícia sanitária com poder para entrarem nas casas e vacinar as pessoas à força.

A população não acreditava na eficácia da vacina e temia os efeitos que a injeção de líquidos desconhecidos poderia causar no corpo das pessoas. Muitas pessoas eram contra a vacina por acreditarem que ela era imoral e contra o pudor, já que sua aplicação era feita nos braços ou nas coxas. Os pais de família rejeitavam a exposição das partes do corpo a agentes sanitários do governo.

A vacinação obrigatória foi o estopim para que o povo, já profundamente insatisfeito com “bota-abaixo”, se revoltasse. A oposição política, que já articula um golpe contra o presidente Rodrigues Alves, ao sentir a insatisfação popular percebeu que poderia canalizar a desagrado popular em favor de causa própria. Era uma tentativa de retornar aos militares o papel que desempenharam no início da República. Jacobinos e florianistas usam os jornais para passar à população suas idéias conspiradoras, por artigos e charges.

A partir do dia 11 de novembro, a situação na capital começou a ficar crítica. Palavras de ordem contra o “código de torturas” eram ouvidas e, para piorar a situação, o governo começou a reprimir as manifestações. Becos e casas derrubadas serviam de barricadas e esconderijos contra as tropas do governo. Nos dois dias seguintes, a cidade estava em pé de guerra.

No meio da revolta, o próprio Oswaldo Cruz pediu de demissão do seu cargo. No dia 14 de novembro cerca de 300 cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, marcham armados, para o palácio do Catete. Devido as medidas baixadas pelo governo federal, que ordenava o bombardeio dos morros do bairro da Saúde, reduto da insurreição.

O plano do “golpe” dos militares foi descoberto e acabou fracassando. Algumas lideranças políticas foram presas pela polícia, mas isso não diminuiu os protestos pelos bairros. Entre os dias 15 e 16, no centro da cidade, pelotões disparam contra a multidão. Escola Militar da Praia Vermelha rende-se apenas na madrugada do dia 15, ante a ameaça de bombardeio pelas forças navais.

As forças leais ao governo federal foram, aos poucos, conseguindo dominar os últimos redutos de revolta nas regiões periféricas ao centro da cidade. Apenas o bairro da Saúde resistiu. Em 16 de novembro, Rodrigues Alves revoga a Lei da Vacina Obrigatória. No dia seguinte, a polícia ocupa o bairro da Saúde e, com o apoio do Exército e da Marinha, acaba com a revolta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário republicano no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Discurso de posse de Rodrigues Alves realizado em 3 de maio de 1903. In: Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

MEIHY, J.C. & **BERTOLLI FILHO**, C. Revolta da vacina. São Paulo: Ática, 1995. (Coleção Guerras e Revoluções Brasileiras, v.5);

ROCHA, Oswaldo P. A era das demolições: Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1993.

SEVCENKO, Nicolau (org). História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.